

ARIOVALDO SILVESTRE PEDRO

**INFLUÊNCIAS OCORRIDAS NO LAZER DE
FAMÍLIAS, APÓS A CHEGADA DE UM
FILHO(A) PORTADOR DE NECESSIDADES
ESPECIAIS**

UNICAMP
CAMPINAS
2001



ARIOVALDO SILVESTRE PEDRO

**INFLUÊNCIAS OCORRIDAS NO LAZER DE
FAMÍLIAS, APÓS A CHEGADA DE UM
FILHO(A) PORTADOR DE NECESSIDADES
ESPECIAIS**

**Monografia apresentada à UNICAMP,
como exigência parcial para a conclusão
do CURSO de Especialização Lato-Sensu
em Atividade Motora Adaptada
Orientador: Prof. Dr. José Luiz Rodrigues**

**UNICAMP
CAMPINAS
2001**

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi o de discutir os temas família, deficiência e lazer. Procurando identificar como é hoje o lazer da família que possui um filho(a) com algum tipo de deficiência. Assim trazer a público não só as dificuldades, decepções, sofrimentos e problemas, mas também bons momentos de superação, alegria, força de vontade e muita determinação existente na vida de uma família que tem como membro uma pessoa “deficiente”.

É fácil cômodo até, passar algumas horas semanais na companhia de uma criança “deficiente”. Será que ter que ficar ao lado dela vinte e quatro horas por dia, desde o seu nascimento é tão cômodo assim.

Através de contatos com algumas famílias que tem filho(a) participando do programa de estimulação essencial da APAE – São Roque, é que buscamos relatar aqui alguns resultados obtidos. Afinal as dúvidas iniciais devem ser tantas, sem contar com o choque ao saber que terei (família), que cuidar de alguém com deficiência.

Acreditamos que a realidade dos fatos nem sempre são agradáveis, as vezes até surpreendente para alguns. Mas como a realidade de cada um é de um jeito, e ai ou você aceita ou acaba se acostumando.

Mesmo porque Ribas (1985), nos afirma que “doença é um processo e deficiência é um estado físico ou mental eventualmente limitados”. Por isso acreditamos que não se deve isolar-se, ou mesmo isolar uma pessoa deficiente, pois isso apenas há tornaria deprimida e muito angustiada. Quando na verdade acreditamos que o objetivo principal deve ser o de possibilitar as pessoas deficientes, ou não-deficientes uma qualidade de vida satisfatória, onde as oportunidades devem ser as mesmas para todos aqueles que estejam a nossa volta.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	04
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	07
2.1 Conceituando o Lazer.....	07
2.2 Lazer (fazer), Diferente do Não Fazer (ócio).....	09
2.3 Enfoques do Lazer.....	10
2.4 Quem é e quem não é “deficiente”.....	16
2.5 Tudo pela Imagem da Sociedade.....	19
2.6 A Família e a Deficiência.....	21
3 METODOLOGIA.....	25
4 COSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
BIBLIOGRAFIA.....	32
ANEXOS.....	34

1 INTRODUÇÃO

Hoje sabemos que o tema “deficiente”, ou seja, a pessoa portadora de necessidades especiais, apesar de ainda não estar recebendo toda a atenção e discussão necessária, está muito mais evidente no dia a dia da sociedade.

Na tentativa de contribuir para que as dificuldades encontradas ao longo da vida de pessoas portadoras de necessidades especiais sejam minimizadas, esse trabalho se direciona também a suas famílias, e então procuraremos fazer a transferência desses relatos para a vida comum e assim esperamos poder estar ajudando a diminuir esse estigma que o portador de necessidades especiais carrega.

Acreditamos na crescente participação das pessoas portadoras de necessidades especiais na sociedade, por isso questionamos seus familiares, para tentarmos entender até que ponto o lazer dessas famílias pode ter sido afetado.

Conforme Buscaglia (1985), quando nasce uma criança com algum tipo de deficiência os sentimentos dos membros de uma família se tornam incomum. E como os sentimentos variam a cada situação, não se pode dizer que existam sentimentos corretos, tais sentimentos serão individuais e quase sempre imprevisíveis.

Se os sentimentos são alterados, certamente toda a vida familiar também será. Então como se pode pensar em programar uma atividade de lazer nos primeiros meses de chegada de um filho(a) até então com problemas evidentes, mesmo porque as prioridades nos primeiros anos acreditamos serem outras.

Infelizmente a chegada de uma criança portadora de necessidades especiais, a princípio altera a rotina familiar de uma forma negativa, afetando a todos (mãe, pai, irmãos, avós, tios, e muitas vezes até os vizinhos), interferindo na rotina alimentar, na distribuição da mobília dentro da casa, e na renda familiar. Concordando com o mesmo autor entendemos que, o desenvolvimento de um relacionamento familiar bem estruturado e funcional não é responsabilidade exclusiva de uma só pessoa, e sim de todos os membros da família.

Acreditamos que dependendo do tipo de “deficiência” que a criança tiver, maior ou menor serão as dificuldades encontradas pela sua família durante sua criação. Normalmente as idas e vindas de hospitais e a procura por tratamentos especializados, assim como os gastos com medicamentos são quase sempre muito dispendioso. Em alguns casos é comum até nos primeiros anos de vida da criança a família passar a maior parte do tempo dentro de hospitais ou correndo atrás de dinheiro para custear os gastos com tratamentos iniciais, que as vezes acompanham a criança por toda sua vida.

Assim como todo pensamento positivo é uma certeza quando se quer alcançar algo, toda família se prepara para receber uma criança saudável, com isso a importância do lazer se faz necessário a partir do contexto de vida e pelas dificuldades enfrentada pela família para superar obstáculos e experiências alternativas.

Contudo é real a existência de crianças portadoras de necessidades especiais. Segundo Rolim (1989), a própria palavra existir, do latim: *existere* que significa abrir-se ao ser, indica a capacidade da pessoa humana se relacionar consigo e com os outros. Isso torna claro e nos dá a certeza de que mesmo uma família com criança portadora de necessidades especiais necessita ter lazer, mesmo quando isso se torna mais difícil para ela. Pois o mesmo autor conclui que o lazer é um fenômeno universal, ou seja, uma força capaz de destruir ou de fazer desabrochar plenamente a pessoa humana.

Por isso o objetivo desse trabalho, é o de procurar compreender de uma forma mais verídica, o quanto o lazer de uma família pode ou não ser afetado com a chegada de um integrante (filho(a)), com algum tipo de deficiência.

Pois a realidade dos fatos nem sempre são agradáveis, e dependendo do tipo de deficiência que o filho(a) tiver certamente a rotina de cada família será afetada de forma diferente.

2.1 CONCEITUANDO O LAZER

Acreditamos que o fato de não haver consenso quando se tenta conceituar lazer, não diminui em nada a importância do mesmo.

Conforme Rolim (1989), “é necessário reivindicar lazer, pois ele é mais do que uma necessidade ele é um direito da pessoa humana, que passa a vivenciá-lo como um valor”. Contudo acreditamos que isso não significa que não devemos considerar unicamente ao lazer como fórmula para a resolução dos problemas do ser humano, visto que o mesmo se encontra vivendo em uma sociedade cada vez mais capitalista, onde os fenômenos sociais, e afetivos pesam sobre todas atividades do cotidiano, inclusive sobre o lazer.

Na tentativa de manter o enfoque dado a esse trabalho, entre muitas conceituações optamos por incorporar a este estudo as seguintes:

1 Conceituação econômica – opõe lazer ao trabalho profissional. Este é útil, rende, dá lucro. Aquele é “vazio” com relação aos interesses de ordem econômica. Faz-se uma ruptura entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho (Rolim, 1989, p. 51).

1 **Conceituação sociológica** – o lazer de um tempo liberado do trabalho profissional e dos afazeres domésticos, contudo se afirma que ele pode ser vivenciado nas atividades sociopolíticas e religiosas proposta ou imposta pelas instituições sociais, quando aceitas de bom grado e com prazer pelo indivíduo. Exemplo: participar de uma reunião de aniversário por obrigação social; contudo nela a pessoa se diverte e sente prazer. Ir a um comício por obrigação partidária. Nele entretanto sente-se entusiasmo, alegria, solidariedade, esperança, realização pessoal enfim. Um fiel ao participar de um culto religioso se sente feliz, pacificado, apesar de anteriormente ter ido a ele por obrigação religiosa. Atividades assim realizadas são denominadas com mais acerto de “semilazer” (Rolim, 1989, p. 52).

2 **Conceituação psicológica** – define o lazer com um estilo de comportamento.” É a disposição interior do indivíduo que vai caracterizar sua maneira de agir, diferindo-a daquela que é comum a todos. Essa conceituação confunde lazer, prazer e jogo. Não considera ainda as pressões sociotemporais impostas pelas instituições sobre o indivíduo (Rolim, 1989, p. 52).

3 **Conceituação psicossociológica** – apresenta o lazer como um tempo livre, empregado na realização da pessoa como um fim em si mesmo. O indivíduo se libera a vontade do cansaço, repousando do aborrecimento, divertindo-se; da especialização funcional, desenvolvendo de forma intencional as capacidades de seu corpo e espírito (Dumazedier, 1974, p. 93).

Concordando com a conceituação psicossociológica, lazer é um fato socialmente e totalmente ligado a todos os outros, que tem como função o descanso, divertimento e o desenvolvimento pessoal.

Desta forma, alimentando pelas palavras de Dumazedier, que nos coloca que:

(...) o lazer não é uma categoria definida de comportamento social. Todo comportamento em cada categoria pode ser um lazer, mesmo o trabalho profissional. O lazer não é uma categoria, porem um estilo de comportamento, podendo ser encontrado e não importa qual a atividade: pode-se trabalhar com música, estudar brincando, lavar a louça ouvindo rádio, promover um comício político com desfiles de balizas, misturar o erotismo ao sagrado etc. O lazer pode ser a origem de um estilo de vida e que seus modelos contribuem para mudar a qualidade de vida (1979, p. 88).

2.2 Lazer (fazer), Diferente Do Não Fazer (ócio)

Não se pode confundir lazer que é um fazer, um ser, que também não é vazio, ou seja uma verdadeira ocupação, com um não fazer (ócio). O fato das classes de trabalhadores em geral condenarem o ócio, se confunde de uma forma preconceituosa com o lazer .

Requixa, na tentativa de nos dar uma clara visão dessa diferença nos relata que:

(...) a própria origem das palavras esclarece seu significado. Realmente, ócio derivado do latim "otium", traz consigo a idéia de tranquilidade, de repouso, de parada, de nada fazer. Opunha-se ao vocábulo ócio, negócio, derivado do latim "negotium", originariamente entendido como "necotium", ou seja, a negação do ócio, o contrário do nada fazer. Já a palavra lazer, é derivada do verbo latino "licere" que significa "ser permitido", "poder". Ai esta claro o sentido de liberdade de fazer, inerente ao conceito de lazer. É evidente, portanto, que não apenas o étimo, mas o significado da palavra "lazer" não devem ser buscado em "otium" e sim no verbo indicado (1980 p.36).

2.3 Enfoques Do Lazer

Sendo assim isso nos leva a expor definições de lazer para então enriquecermos e tornar ainda mais completo esse trabalho. Definições estas que certamente nos ajudarão a entender sua complexidade, força e seu significado em cada época. Almejando estas possibilidades destacamos uma primeira definição que trata lazer como sendo:

O espaço de tempo livre entre o trabalho e o repouso, isto é, as horas disponíveis após as obrigações diárias, o descanso semanal e as férias anuais, tempo esse em que se faz o que se quer, porque se quer fazer. É claro que esse querer fazer não deve implicar em lucros ou num passa tempo estéril. Querer fazer, aqui, é dispor do ócio de uma maneira espontânea, inteligente e criadora, eliminando todas as preocupações rotineiras (Guerra, 1987, p. 12).

Entendemos que essa definição não se opõe ao trabalho, visto que a mesma nos coloca que, “lazer é o espaço de tempo livre entre o trabalho e o repouso”, em seguida coloca o ócio como forma verdadeira de lazer. Mas segundo Do Valle citado por Carmo, essa colocação se torna incoerente, pois:

(...) não há ponto de contato entre o ócio das elites e o trabalho escravo – gerador de riquezas sociais, dentre as quais a própria possibilidade de um consumo improdutivo do tempo. Esse é afinal o próprio fundamento do ócio: a condição essencial para que um grupo de indivíduos possa a ele se dedicar e outra parcela

da sociedade esteja condenada ao trabalho duro, sem direito a descanso, sem direito a gozar das riquezas que produz, sem direito a direitos – o que é a situação própria ao trabalho escravo. A existência de uma classe absolutamente liberada das exigências do trabalho produtivo só se tornou possível pela existência de uma classe totalmente submetida a essas exigências, e a mais nenhuma outra (1884, p. 136).

Desigualdade de rendimentos desníveis de status social, e excessivo divisão de tarefas, faz com que o volume de tempo livre dependa de vários outros fatores. Entendemos que para se ter lazer, se faz necessário tempo livre, tempo este que na época da revolução industrial ia contra outros valores (dinheiro e poder), por isso quase não existia tempo livre, a saída dos trabalhadores então foi lutar pela diminuição das horas trabalhadas.

Camargo nos aponta que:

Ainda hoje, a linha de montagem, implacável, não obedece um ritmo natural de trabalho e repouso. O relógio de ponto marca o início dos turnos. Os gestos exigidos são artificiais, repetitivos. A única pausa, para a refeição, não respeita os limites de cada um; é coletiva e determinada pelas necessidades da produção. Mas: rompe-se a relação entre tempo de trabalho e produto do trabalho. O trabalho passou a ser fragmentado, de difícil compreensão, dada sua complexidade tecnológica (1986, p. 35).

Encontramos nas palavras de Marcelino (1996), que a:

Influência da ética protestante, enobrecedora do trabalho, para a criação de um clima favorável a adaptação do homem à sociedade industrial. No caso brasileiro, não podemos deixar de considerar o caráter majoritário da igreja católica, e sua influência enquanto formadora de valores sociais. E o pensamento católico tradicional, de certa forma, reduz o lazer a mero complemento ou

compensação do trabalho estafante. Entretanto as várias correntes surgidas entre os pensadores católicos, já há algumas décadas, e a própria atuação da igreja como instituição, quebraram a unidade e matizaram o pensamento tradicional, também na relação trabalho e lazer, incorporando e analisando os comportamentos gerados no lazer. A igreja, como parte da sociedade, troca relações e reage as pressões verificadas em outros setores, e talvez por isso venha ocorrendo no catolicismo uma tendência geral de assumir os valores do lazer, o que não significa, contudo, ausência de reserva e até mesmo oposição a eles, sobre tudo nos setores mais tradicionais (p. 57).

Continuando o mesmo autor observa que:

As relações entre trabalho e lazer não podem ser consideradas apenas do ponto de vista dos valores a eles associados. As discussões em torno do tema devem levar em conta toda uma situação social própria de cada realidade específica. Assim, entre nós a concentração de riqueza e os baixos níveis de qualidade de vida levam o trabalhador a ocupar grande parte do seu chamado “tempo livre” com atividades necessárias a sua sobrevivência. Dentro desse quadro figuram as horas extras, os “bicos”, o transporte demorado e ineficiente, e até mesmo a venda de parte ou da totalidade de suas férias. No entanto, considerando a situação de uma perspectiva geral, podem ser observados avanços importantes. A história tem demonstrado que a conquista crescente do tempo de lazer é uma vitória dos trabalhadores em suas reivindicações e lutas (p. 60).

Nos esclarece ainda que apesar da luta pela redução da jornada de trabalho existir desde o início do século passado, ela chega no Brasil a partir de 1930, quando então se dá a criação de leis sociais a fim de proteger o trabalho, aumentando o tempo liberado diário, nos fins de semana e nos finais de ano (férias). Infelizmente essas leis nem sempre são

cumpridas, mas com certeza foi uma conquista dos movimentos de trabalhadores.

Bruhuns (1997, p.84), entende que:

As regras sociais coordenam a vida do indivíduo desde o seu nascimento até a morte e, a maioria das vezes, a relação com elas não é caracterizada pela paz e aceitação. Portanto, as escolhas individuais nunca tem o caráter isolado do seu meio; ao contrário, elas acontecem dentro de uma situação de significados específicos sociais e individuais, num determinado espaço de tempo .

Levando-se em conta algumas considerações feitas Marcelino (1996), aponta que a existência de ameaça ao emprego, faz com que os trabalhadores percam a coragem de continuar uma luta pelo tempo de lazer. Juntamente com constante crises econômicas, forçam diversas categorias desviarem seu foco de reivindicações, que incluam melhor remuneração, com redução da jornada do trabalho, para garantias temporária de manutenção do emprego.

Entendemos todas estas preocupações existentes nos dias atuais, infelizmente hoje o ser humano se utiliza mais do chamado “semilazer”, do que desfruta do lazer propriamente dito. Aquele lazer sem ocupação obrigatória resultante exclusivamente do interesse do indivíduo, onde o elemento assencial é a satisfação e prazer pessoal. Acreditamos ser válido nesse momento a colocação de algumas palavras que retratem dois determinado tipos de atividades, lazer e trabalho como sendo ocupações que trazem ao indivíduo consequências distintas. Requiça (1980), aponta que no trabalho predomina a visão da obrigação, coação, principalmente de uma coação social, o indivíduo obedece a um tempo que lhe é imposto, executando uma tarefa que lhe é determinada. Já em uma situação de lazer,

ao contrário, ele utiliza livremente o seu tempo fazendo o que mais lhe proporciona prazer, o tempo de lazer é natural, a pessoa mergulha nele e se deixa viver. Mas o mesmo autor entende que o trabalho quando é escolhido livremente e estimula a criatividade fazendo com que o indivíduo se comprometa profundamente, o mesmo se aproxima do lazer.

Na tentativa de continuidade a esta discussão, acreditamos se fazer necessário nesse momento mais duas importantes definições tornando dessa forma a revisão mais densa.

A primeira é uma definição do sociólogo Dumazedier, estudioso do assunto que tem dirigido quase toda a sua produção intelectual a sociologia do lazer. Define ele:

Lazer é um conjunto de ocupações as quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais” (1980, p. 19).

Requixa (1980), nos esclarece que esta definição coloca o lazer como funcional, valorizando todo um conjunto de atividades que para serem realizadas como lazer, as pessoas tem que se identificarem com as atividades, e assim atingir alguma satisfação pessoal. Faz também a separação do tempo reservado ao trabalho e com as outras obrigações familiares, socio-políticas, procurando também definir o tempo dedicado as atividades de lazer.

A segunda definição fica por conta de dois autores Miller e Robinson, citados por Requixa (1980), que definem lazer como sendo:

(...) um conjunto de valores de desenvolvimento e enriquecimento pessoais, que o indivíduo alcança, utilizando o tempo de lazer, em função de uma escolha pessoal de atividades que o distraiam (p. 34).

O mesmo Requixa (1980), nos dá a noção com relação a essa definição de que ela faz uma vinculação a idéia de valor, influenciando sobre o indivíduo que a pratica. Fazendo a separação do tempo de lazer do tempo livre, consagrando a procura dos valores do lazer.

O mesmo autor esclarece que “o tempo livre e o tempo de lazer seriam noções eminentemente quantitativas, ao passo que a noção de lazer guardaria sua essência qualitativa”.

Complementando, os autores Miller e Robinson citados por Requixa esclarecem ainda que:

A noção de lazer deve ser compreendida e definida pela qualidade da experiência do tempo de lazer; isto é pela natureza dos valores de desenvolvimento pessoal, conseguidos por um indivíduo ao utilizar seu tempo de lazer, naquilo que ele escolheu para fazer, na obtenção do descanso, depois da tensão, na liberdade, na satisfação, no prazer e na criação; ele se recreou segundo o grau dos valores atingidos (1980, p. 34).

Entendemos que estas duas definições trazem considerações significativas para o tema em discussão. Uma primeira enfatizando mais um conjunto de atividades, e uma segunda procurando expor um conjunto de valores. Contudo acreditamos na relevância do lazer em um sentido muito amplo, concordando com a não aceitação da idéia de ter lazer como uma compensação do trabalho.

Gostaríamos de encerrar este capítulo, com palavras de Dumazedier e Reiquixa que procuram ao máximo trazer informações e esclarecimento sobre esse tema, ao longo da nossa revisão. Mas como também em seguida procuramos deixar claro que isso só vem a valorizar ainda mais o tema. Pois como nos coloca Dumazedier:

(...) ninguém é ligado a atividade de lazer por uma necessidade material, moral ou jurídica da sociedade. A busca de um estado de satisfação é de fato a condição primeira do lazer. Quando o lazer não proporciona a alegria, a fruição esperada, seu caráter é traído, “não é interessante”, não foi engraçado. O lazer não é então mais, totalmente, ele mesmo, é um lazer empobrecido (1979, p. 96).

Baseado em tudo que foi descrito neste capítulo Reiquixa (1980), nos faz encerrarmos vendo lazer “como uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive, e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social”.

2.4 Quem é e Quem Não é “Deficiente”

Será que a concepção que fazemos de uma pessoa portadora de necessidades especiais, pode realmente ser sua própria vida? Assim uma interrogação leva a outra, e ao final de uma análise, onde utilizamos as características própria desse assunto procuramos uma saída que não fuja da verdadeira valorização do ser humano, independente dele ser “deficiente”

ou não, mas que seja favorável ao desenvolvimento da sociedade como um todo.

Com esperança de ampliar as discussões das deficiências Bagatini (1987), nos informa que a ONU, no dia 9 de dezembro de 1975, aprova em assembléia geral a declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, referindo-se ao tema pessoa “deficiente” proclama em seu artigo I:

(...) qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidade físicas ou mentais (p.187).

No entanto, o Relatório da Comissão Estadual de Apoio e Estimulo ao Desenvolvimento do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (1981), procura nos esclarecer que:

As causas principais das deficiências encontram-se nos problemas de origem motora (amputações, mal formações congênitas, seqüelas de males neurológicos e ortopédicos e as seqüelas de câncer, de hanseníase e de outros males ou doenças), intelectual (deficiência mentais de vários graus, por causas variadas, de cronologia pré, peri e post – natal) e sensorial (casos de deficiência de audição e visão). Existem casos de problemas múltiplos, ou seja, a associação de varias deficiências em uma só pessoa, além de uma infinidade de situações de deficiência, consequentes a doenças ou acidentes (p.11).

Contudo Blascovi (1995), nos alerta que mesmo entre pessoas ditas “normais” é muito comum as variações individuais, e da mesma forma acontece em relação as pessoas portadoras de deficiências, isso significa dizer que devemos respeitar o ritmo, e o desenvolvimento que são

características próprias de cada um. Bagatini (1987), nos faz lembrar ainda que, “independente de sua condição, o deficiente é um ser humano, uma pessoa que vive relações sociais e como tal deve ser respeitado como qualquer pessoa dita “normal”, segundo os padrões ditados pela sociedade”.

Reisman, citado por Blascovi (1995, p.11).

Chama atenção ao fato de que a sociedade gera um tipo de personalidade ideal e a aquisição do caráter social desejável se dá a partir de um treinamento familiar, dos amigos e da escola, (caráter social desejável).

A partir destas considerações, entendemos que ainda hoje não existe muita consciência de nossa sociedade com relação a extensão desse problema. Talvez isso ocorra devido ao fato de ainda existir um desconhecimento das deficiências e de suas múltiplas conseqüência para o indivíduo, sua família e sociedade.

Fazendo o uso de boas palavras, Ribas (1985), as compartilha conosco, esclarecendo-nos que:

Toda pessoa considerada fora das normas e das regras estabelecidas é uma pessoa estigmatizada. Na realidade, é importante perceber que o estigma não está na pessoa ou, neste caso, na deficiência que ela possa apresentar. Em sentido inverso, são os valores culturais estabelecidos que permitam identificar quais pessoas são estigmatizadas. Uma pessoa traz em si o estigma social da deficiência (p.16).

Afirma ainda que:

De minha parte, acredito que precisar corretamente quem é e quem não é deficiente não é coisa mais importante. A coisa mais importante são as implicações que decorrem a partir de um processo que engloba a deficiência (p.30).

Finalizando o mesmo autor procura enfatizar que “todas as pessoas são aquilo que sua história, sua condição social, e seu eu permitem. Todas as pessoas devem ser exatamente como são, sem que ninguém possa dizer como deveriam ser”

2.5 Tudo Pela Boa Imagem Da Sociedade

Concordamos com Blascovi (1993), quando diz que:

No “senso comum”, por exemplo, os conceitos de “normalidade” e anormalidade são freqüentemente utilizados, no entanto, poucas pessoas conseguem indicar claramente os limites do que é normal ou anormal, quer numa mesma cultura ou em culturas diferentes(p.10).

Miller (1995), nos afirma ainda que todas as pessoas são diferentes e isso não significa que umas sejam melhores que as outras. Pois será que existe pessoa perfeita?

Diante dessa afirmação Ribas (1985), nos pergunta, “por que os deficientes são marginalizados e não encontram emprego?” O mesmo autor nos responde que isso se deve ao fato de vivermos numa estrutura

econômica e social discriminativa, onde a oferta de mão de obra gera um alto grau de competitividade.

Segundo o mesmo autor, o mercado de trabalho exclui até mesmo os deficientes que tem ativa participação na sociedade. Isso somado a algumas dificuldades encontradas pelos deficientes, tais como problemas financeiros para comprar aparelhos ou algum instrumento, cuidado excessivo dos familiares (super proteção), e até mesmo a má informação dos pais ou responsáveis, faz com que um grande contingente deles fiquem dentro de casa sem sair as ruas para qualquer tipo de atividade, desde trabalho até lazer.

As palavras do próximo parágrafo, nos fará ver que isso nada mas é do que uma radiografia um pouco melhorada de séculos atrás, pois:

Nas culturas primitivas que sobreviviam basicamente da caça e da pesca, os idosos, doentes e portadores de deficiência eram geralmente abandonados, por um considerável numero de tribos, em ambientes agrestes e perigosos, e a morte se dava por inanição ou por ataque de animais ferozes (Blascovi, 1995, p.21).

Pessotti (1984), nos aponta que:

O surgimento das primeiras instituições que abrigavam deficientes aconteceu por volta do século XIII e a “caridade” se traduzia em “segregação”, pois ao mesmo tempo em que garantia um teto e alimentação ao deficiente, escondia e isolava o incomodo e inútil (apud Blascovi, 1995, p.9).

Fleming nos afirma que ainda hoje:

Nossa sociedade coloca a criança com limitações numa posição inferior em relação as demais. Wright (1960), observou que a posição ocupada na sociedade pelas pessoas com algum tipo de limitação é semelhante à dos grupos étnicos menos privilegiados e à dos grupos minoritários religiosos. Elas sofrem restrições em muitos setores da vida (1988, p.29).

Nos relata a mesma autora que toda a criança independente da sua deficiência, tem as mesmas urgências básicas que qualquer outra criança teria, entretanto devido a sua excepcionalidade pode ser que tenha mais dificuldades em algumas áreas. Pois o fato de possuir alguma deficiência, ela precisa se comportar perante a sociedade de maneira que não fique em desvantagem, ou venha a ser incomodo para outras pessoas. É muito importante sua aceitação ou rejeição em nossa sociedade, pois é de conhecimento de todos que importa e muito para nossa sociedade como as pessoas se comportam.

A autora relata também que como qualquer criança, a criança “deficiente” necessita aprender o mais rapidamente possível a tornar-se um ser humano, pois segundo a autora “o comportamento humano é um comportamento aprendido”.

Entendemos então, para que exista uma verdadeira socialização, é importante que a sociedade pense e veja em cada indivíduo como um ser único, repleto de possibilidades.

2.6 A Família e a Deficiência

Gostaríamos antes de tudo deixar claro qual o significado que conferimos à palavra “família”, para isso faremos uso das palavras de

Fleming (1988), que nos define como núcleo familiar aquele formado por pai, mãe e filhos. Explica-nos a mesma autora que as famílias mais extensas podem incluir avós, tios e primos. Afirma ainda que o fundamental para se determinar como trabalhar com uma família não é o tipo de membros que a compõem. Não importando se existe ou não um núcleo familiar. O objetivo deverá ser o de trabalhar com os membros da família ajudando-os a desempenharem verdadeiramente os papéis que escolheram ou que lhes foram destinados. Já para “pessoas deficientes” usaremos como definição a citada na Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, aprovado pela ONU, que define em seu artigo I o seguinte:

(...) qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não em suas capacidades físicas ou mentais (Bagatini, 1987 p.187).

Fleming (1988), aponta que quando uma família tem uma criança que não é perfeita, o aparecimento de vários problemas emocionais é esperado tão logo a imperfeição, seja notada. A criança “deficiente” quase sempre representa problemas novos e difíceis para seus familiares. Cada família tem uma capacidade para lidar com os problemas, que dependera também das dificuldades da criança, e isso com certeza afetara e muito o preparo emocional de cada um dos familiares. Aliado a todas as dificuldades existentes, certamente a família não poderá contar com muita compreensão por parte da sociedade, pois esta geralmente deprecia as crianças com algum tipo de deficiência.

Blascovi (1995), nos afirma que o nascimento de uma criança “deficiente”, faz com que surjam complicações advindas de sentimentos de

culpa, rejeição, negação ou desespero modificando desde a estrutura familiar até as relações sociais da família. Forçando assim os membros da família a procurar ajuda profissional, com o objetivo de buscar informações, desabafar e assim proporcionar um melhor desenvolvimento da criança e recuperar a organização interna.

A família nuclear é a unidade mais próxima do indivíduo. Todos os valores culturais estabelecidos pela forma de organização social (econômica, política etc.), passam pelo indivíduo, através da unidade familiar. A formação da personalidade é sem dúvida alguma, influenciada pela família que detém e faz circular em seu interior o reflexo do social maior e mais abrangente e toda a organização. Nesta medida, a educação despendida na criação de um filho, seja ele “deficiente” ou não-deficiente, vai ter necessariamente que passar pelos valores culturais que envolvem todos os habitantes desta formação sociocultural (Ribas, 1985 p.50).

Segundo Fleming (1988), é muito comum os pais construírem uma imagem de como eles gostariam que fosse o filho(a) antes mesmo dele nascer. Quando a criança nasce e não corresponde as expectativas, seja ela física, em grau de aptidão, ou até mesmo nos traços temperamentais, graves distorções podem ocorrer. O fato é que a criança não pode ser utilizada ou rejeitada por causa de suas características fora do comum, pois elas tem todo o direito de poder satisfazer suas necessidades físicas, e psíquicas, assim como seus direitos humanos devem merecer o mesmo respeito que os de todo indivíduo.

Nos alerta ainda o mesmo autor que os pais continuam sendo os principais responsáveis pelos cuidados com a criança, e se os mesmos tiverem uma imagem desagradável na cabeça devido a deficiência do

filho(a), certamente isso irá influenciar na educação que os mesmos ofereceram a eles. É comum a família subestimar o filho(a) com isso não permite que suas potencialidades sejam afloradas naturalmente. Mais do que isso, a família acaba por querer sentir pela criança, além de imputar-lhe um sofrimento do qual ela não padece.

Se a forma escolhida pelos pais para criar um filho “deficiente” estiver imbuída de valores negativos, esta criação poderá até afetar outros filhos não-deficientes. As coisas precisam ser levadas naturalmente, mas nem sempre é isto o que acontece. Até que todos os valores culturais estejam incultados na cabecinha do irmão não deficiente, ele enxergará aquele irmão que nasceu com alguma deficiência apenas como uma pessoa que tem, alguma coisa em seu corpo que não é igual ao dele. Ele fará distinções biológicas, e estas evidentemente vão existir. Mas as distinções pessoais como, por exemplo não querer brincar com o irmão “deficiente”, não querer falar com ele, ter vergonha dele etc. - não serão feitas porque neste nível para ele o irmão é distinto. Mas se no processo de crescimento os pais e familiares separarem valorativamente um irmão do outro então aí poderá nascer a rejeição entre eles (Ribas, 1985 p.58).

3 METODOLOGIA

Procuramos iniciar este trabalho, realizando um levantamento bibliográfico, com o objetivo de conhecer um pouco mais sobre as diferentes contribuições disponíveis referente a lazer, e famílias com filho(a) com algum tipo de deficiência. Procuramos também através desta, buscar suporte e auxílio para que o tema pudesse ser melhor definido. Fizemos assim a leitura, análise, e interpretação de alguns livros, onde as anotações realizadas nos foram úteis para que pudéssemos ter o mínimo de fundamentação teórica sobre o assunto.

Em seguida, adotamos como recurso pesquisa de campo para assim realizarmos um estudo com um grupo para que nos fosse possível compreender um pouco mais a diferença real sobre o aspecto pesquisado (alteração no lazer após a chegada de um filho(a) com algum tipo de deficiência).

Utilizamos como técnica, questionário contendo 17 perguntas abertas. Pois segundo Castro (1977), nos afirma que:

(...) através de questionários, as perguntas referem-se diretamente aos problemas que, de fato, interessam. Trata-se apenas de tomar as

respostas como um dado, como um componente da resposta a ser interpretada ou mesmo convertido em alguma coisa que faça sentido (p.83).

Na tentativa de melhorarmos o entendimento das perguntas, (para as famílias), antes da formulação do questionário final criamos um questionário piloto com 16 perguntas abertas, para assim realmente nos certificarmos dos resultados colhidos.

Utilizamos também, um questionário sócio – econômico com o objetivo de termos uma média de renda mensal do grupo pesquisado, assim como saber sobre a condição da casa onde moram (própria, alugada ou outros), quantas pessoas, e o nível de instrução dos moradores.

Com o objetivo de fazermos o uso de uma terminologia única, utilizamos a palavra “deficiente”, para nos referirmos as pessoas com algum tipo de deficiência. Pois foi necessário utiliza-la no questionário, para assim as famílias de uma forma geral saberem sobre o que e quem estávamos falando. Visto que o termo portador de necessidades especiais utilizado no primeiro questionário piloto causou confusão de entendimento.

λ Todas as famílias entrevistadas participam do programa de estimulação essencial realizado na APAE-São Roque. As crianças possuem média de idade de três anos e seis meses. Sendo oito Dawn, três aguardando confirmação do diagnóstico médico, mas já pré avaliados como deficientes mentais, dois com hidrocefalia, um com microcrânia, e um P.C.

Em nenhum momento tivemos contato com as famílias. Desde a primeira abordagem feita, que se deu através de um comunicado, explicando os objetivos do trabalho, e junto com o mesmo foi entregue um convite, onde as famílias tinham a opção de aceitar participar do trabalho

ou não. Em seguida todas as famílias receberam uma autorização e o questionário propriamente dito.

* Inicialmente fizemos contato com vinte e uma famílias, e no final conseguimos o consentimento e respostas de quinze famílias. Todos os contatos desde entrega de material e recebimento, foi intermediada pela assistente social da mesma instituição.

* Recebemos resposta de aceitação em participar do trabalho, de vinte e uma famílias. Mas infelizmente por problemas alheios ao nosso conhecimento, as outras seis famílias não nos retornaram os questionários em tempo hábil para que pudéssemos incluir seus dados em nossas considerações finais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos através deste trabalho entender como a chegada de um filho(a) “deficiente”, pode influenciar nas atividades de lazer uma família. Para a partir daí tentamos entender de uma forma um pouco mais clara, se existe alterações no lazer de uma família após a chegada de um filho(a) “deficiente”, ou se isso não influencia na rotina de lazer que uma família programa.

· Pois concordamos com Blascovi (1995), quando diz que:

O lazer, para qualquer pessoa, é influenciado pelos hábitos e preferências familiares, principalmente durante a infância, pois as atividades são, na maior parte das vezes, escolhidas e determinadas pelos adultos que compõe a dinâmica familiar (p.28).

Dando sequência a estas palavras, acreditamos que se o lazer é e se faz necessário para os ditos normais, com certeza para aqueles que possuem algum tipo de deficiência deveria ser uma das prioridades.

No decorrer deste trabalho pudemos verificar que alguns fatores influenciam no lazer de uma família que possui um filho(a) com algum tipo de deficiência.

Mesmo quando um filho não é planejado (gravidez inesperada), entendemos que a partir do momento em que se tem certeza da sua chegada, esse passa a ser amado e aguardado com carinho e ansiedade. Diante das respostas que obtivemos, pudemos verificar que 93,3% das famílias nos responderam que antes de ter um integrante portador de deficiência, alguém da mesma tinha conhecimento, ou contato com alguma outra família que tivesse um integrante “deficiente”. Já 6,6%, ou seja apenas uma família, afirmou não ter contato nem mesmo conhecimento de situação parecida.

Acreditamos que o fator psicológico é muito importante, para que uma família possa entender e mesmo aceitar fatos dessa natureza. Visto que 60%, ou seja nove famílias nos responderam que a aceitação inicial ocorreu normalmente e as outras 40%, que corresponde a seis famílias declaram ter ocorrido uma aceitação inicial muito difícil.

Pudemos verificar também que 100% das famílias não se consideram menos importantes perante a sociedade, pelo fato de terem um integrante portador de deficiência na família. Da mesma forma colhemos informações que todas as famílias recebem apoio e/ou orientações de amigos ou instituição (APAE). Ao mesmo tempo que esse apoio existe as famílias, ou seja 66,6% delas vêem o interesse dos órgãos públicos de forma negativa, ou seja, acreditam que os mesmos não dão a atenção e apoio devido a essa parcela da população. E os outros 33,3% acreditam que os órgãos públicos colaboram, mas que essa colaboração pode e deve ser maior e mais efetiva.

Nos ficou claro também que a definição, ou entendimento que as famílias fazem sobre lazer é de uma forma geral a mesma que qualquer outra família faria. Cerca de 66,6% das famílias afirmam que o tempo reservado ao lazer continua o mesmo sem alterações, já 26,6% ressaltam

que após a chegada do filho(a) “deficiente” esse tempo aumentou significativamente, e apenas 6,6% acreditam ter esse tempo diminuído devido a chegada do filho(a) “deficiente”.

Conseguimos entender também, que as atividades de lazer programadas pelas famílias, são as mesmas programadas por qualquer outra família, desde as atividades, até mesmo a frequência de suas realizações.

Verificamos ainda que 80% das famílias afirmam que mesmo o seu filho(a) com deficiência participam constantemente das atividades de lazer desenvolvida. Já 6,6% permite que seu filho(a) “deficiente” participe esporadicamente das atividades e 13,3%, ou seja duas famílias, não permitem a participação do filho(a). Entendemos que no caso dessas famílias o problema seja mais devido a super proteção, do que por desinteresse por parte dos familiares. Visto que 86,6% nos afirmaram que mesmo quando tem um tempo livre durante o dia, esse tempo é dedicado aos filhos(a), e apenas 13,3% afirmam usar esse tempo para o descanso.

Isso aliado a fatores econômicos, pois a renda dessas famílias varia de R\$172,00 a R\$1000,00, isso nos faz reforçar que com uma renda mensal dentro dessa média, para uma família que não possui nenhum integrante com algum tipo de deficiência, atividades de lazer certamente seriam vista como um luxo não tão necessário. Acreditamos que para as famílias que possuem um filho(a) com algum tipo de deficiência, programas de lazer quase sempre são encarados como supérfluos.

Com tudo entendemos que o lazer em família sempre deverá existir independente das dificuldades encontradas, ou até mesmo sem uma frequência definida. Pois partimos do principio de que todo ser humano

necessita ter bons momentos de descontração e alegria, pois acreditamos que isso nada mais é, do que sinônimo de boa qualidade de vida.

Gostaríamos que esse trabalho pudesse ser um, ou mais um pequeno incentivador para a criação de projetos de atividades de lazer, não só para o “deficiente”, mas também para toda sua família, pois acreditamos que assim, todos (família e “deficiente”), estariam mais motivados, e o prazer pela vida estaria sempre completo. Assim entendemos que apesar das dificuldades que cada uma dessas famílias que colaborou com este trabalho encontra, o lazer é visto para essas famílias como um fator animador, motivador, onde nos momentos de total descontração e alegria, e a esperança de vencer é renovada. Sabemos que cada família terá sua dificuldade, assim como cada criança tem uma deficiência. Mas mesmo assim como afirma Blascovi (1995), eles sabem brincar, sabem se divertir e amar, precisamos aprender e mostrar a todos que é possível e bom conviver com a diferença, sem que esqueçamos de nós, e assim viver plenamente, desfrutando ao máximo os prazeres da vida.

BIBLIOGRAFIA

BAGATINE, Vilson. *Educação Física para deficientes*. Porto Alegre: Sagra, 1987.

BLASCOVI-Assis, Silvana Maria. *Lazer e Deficiência Mental: o papel da família e da escola em uma proposta de educação pelo e para o lazer*. Campinas-SP: Unicamp, 1995.

BRUHNS, Heloisa Turini. *Introdução aos Estudos do Lazer*. Campinas-SP: Unicamp, 1997.

BUSCAGLIA, Leo F. *Os Deficientes e Seus Pais: um desafio ao aconselhamento*; Tradução de Raquel Mendes. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CAMARGO, Luiz Octavio de Lima. *O que é Lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CARMO, Apolônio Abadio do. *Deficiência Física: a sociedade brasileira cria, "recupera" e discrimina*. Brasília: Secretária dos Desportos IPR, 1991.

CASTRO, Cláudio de Moura. *A Prática da Pesquisa*. São Paulo: MC Graw Hill do Brasil, 1977.

DUMAZEDIER, J. *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. *Valores e Conteúdos Culturais do Lazer*; Trad. de Regina Maria Vieira. São Paulo: SESC, 1980.

FLEMING, Juan W. *A Criança Excepcional: diagnóstico e tratamento*. Rio de Janeiro: Francisco Alves s.a, 1988.

GLAT, Rosana. *A Integração Social dos Portadores de Deficiências: uma reflexão*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.

GOFFMAN, E. *Estigma*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GUERRA, Marlene. *Recreação e Lazer*. Porto Alegre: Sagra, 1987.

MARCELINO, Nelson Carvalho. *Lazer e Humanização*. Campinas-SP: Papirus, 1983.

MILLER, Nancy B. *Ninguém é Perfeito: vivendo e crescendo com crianças que tem necessidades especiais*. Campinas-SP: Papirus, 1995.

PRADO, Danda. *O que é Família*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

REQUIXA, R. *O lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977

_____. *Sugestão de Diretrizes Para Uma Política Nacional de Lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

RIBAS, João Baptista Cintra. *O que são Pessoas Deficientes*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ROLIM, Liz Cintra. *Educação e Lazer: a aprendizagem permanente*. São Paulo: Atica, 1989.

RONALD, C. Adams et.al. *Jogos, Esportes e Exercícios para deficiente Físico*; Tradução Angela G. Marx. São Paulo: Manole, 1985.

ANEXOS

ANEXO 1 – Convite de apresentação

Universidade Estadual de Campinas

Senhores pais, meu nome é Ariovaldo Silvestre Pedro, sou professor de educação física formado em 1996. Trabalho com crianças portadoras de necessidades especiais há seis anos, atualmente estou dando continuidade aos meus estudos, me especializando em atividade motora adaptada, curso este que está sendo realizado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

E como parte dos meus estudos necessito realizar um trabalho de pesquisa, e gostaria de poder contar com a colaboração dos familiares de crianças com algum tipo de necessidade especial. Esse trabalho não trará nenhum transtorno ou incomodo para você e/ou seus familiares.

Desta forma todas as informações que os senhores(as), puderem me relatar sobre como é o lazer de sua família, através de questionário, serão utilizadas somente como forma de pesquisa.

Tenho certeza de que assim a união entre as informações e a realização deste trabalho, trará bons resultados, a ponto de favorecer outras famílias que tenham filho(a) com algum tipo de necessidade especial.

Grato desde já. Sem mais.

Ariovaldo Silvestre Pedro R.G.: 21.647.230

ANEXO 2 – Convite de participação

A APAE São Roque estará colaborando com o professor Ariovaldo Silvestre Pedro, em seu trabalho de pesquisa possibilitando o contato entre o pesquisador e os pais de alguns de nossos alunos.

Para que essa parceria aconteça precisamos que nos responda as questões abaixo e nos devolva o mais breve possível esta folha.

Nome do aluno: _____

Os pais ou responsáveis concordam em colaborar com o trabalho que será desenvolvida?

SIM ()

NÃO()

ANEXO 3 - Autorização

AUTORIZAÇÃO

Em meu nome e de meus familiares eu, _____, responsável por _____ de anos. Declaro através desta estar ciente do trabalho de pesquisa que esta sendo realizado pelo professor Ariovaldo Silvestre Pedro, referente ao curso de especialização em atividade motora adaptada. Autorizo o mesmo a utilizar as informações colhidas através de questionário e/ou entrevistas realizadas comigo e/ou com meus familiares.

Entendendo que o mesmo se compromete utilizar as informações colhidas somente como forma de pesquisa, se responsabilizando totalmente por qualquer dano ou incomodo que estas informações possam trazer para qualquer um dos entrevistados.

Data: ___/___/2001

Ariovaldo Silvestre Pedro

R.G.:21.647.230

ANEXO 4 - Questionário

Questionário

- 1-) Antes de ter um integrante na família portador de “deficiência”, você ou alguém da sua família tinha conhecimento, ou contato com alguma outra família ou que tivesse um integrante “deficiente”?
- 2-) Como ocorreu a aceitação dos membros da sua família com relação a chegada (nascimento) de um portador de “deficiência”?
- 3-) Você e /ou alguém de sua família se sente menos importante perante a sociedade pelo fato de ter um integrante portador de “deficiência” na família?
- 4-) Existe algum tipo de apoio ou orientação, que você e /ou sua família recebeu ou recebe, e o mesmo é suficiente?
- 5-) Como você e /ou sua família vêem o interesse dos órgãos públicos com relação as informações e apoio que é dado a essa parcela da população que possui algum tipo de “deficiência”?
- 6-) Qual é o nome, a “deficiência”, e idade de seu filho hoje?
- 7-) O que é lazer para você e /ou sua família e qual sua importância?
- 8-) Como era o lazer de sua família antes da chegada (nascimento), de seu filho (a) “deficiente”?
- 9-) Hoje o tempo reservado ao lazer de sua família é maior, menor, ou deixou de existir?
- 10-) Quais são as atividades de lazer realizadas por sua família hoje?
- 11-) Com que frequência são realizados programas ou atividades de lazer onde todos os membros da família participam?

12-) Seu filho (a) “deficiente” participa e /ou acompanha as atividades de lazer de sua família?

13-) Se houve mudança na forma de lazer de sua família, após a chegada de um integrante com “deficiência”, isso ocorreu de forma positiva ou negativa?

14-) O que você e sua família fizeram nas férias do ano passado?

15-) Se sua família pudesse escolher o que gostariam de fazer nas próximas férias?

16-) Durante o seu dia, quando você se encontra com tempo livre, o que você faz?

17-) Enumere de 1 a 25 de acordo com o grau de importância para você.

- cinema
- beber
- viagem
- trabalhar como voluntário
- ouvir música
- comer fora
- ir a igreja
- assistir um vídeo
- ler (livro, revista, jornal, etc.)
- passeio pela cidade (praças, shopping, etc.)
- satisfazer algum vício
- assistir televisão
- diálogo em família
- contemplar a natureza
- fazer compras
- visitar parentes
- trabalhar
- praticar algum tipo de esporte
- conversar com o amigo
- cuidar da sua casa
- descanso
- sair com parentes e /ou amigos
- assistir a disputa de algum jogo
- escrever cartas (parentes, amigos etc.)
- caminhada

ANEXOS 5 – Questionário sócio econômico

Você mora em casa:

() própria.

() alugada.

() outros: _____

Nome das pessoas que moram na casa: Data de nasc.: Grau de instrução: Grau de parentesco c/ o “deficiente”:

_____	____/____/____	_____	_____
_____	____/____/____	_____	_____
_____	____/____/____	_____	_____

Quantas pessoas trabalham? _____

Qual a renda familiar? _____